

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Srs. deputados e sras. deputadas, o deputado Silvio Dreveck, presidente da CPI da Telefonia, e o deputado Moacir Sopelsa, relator, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, o deputado Edison Andrino, o deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Maurício Eskudlark e o deputado Marcos Vieira, solicitaram o espaço de Breves Comunicações, deputada Angela Albino, para fazerem a apresentação do relatório e do Termo de Compromisso, deputado Luciane Carminatti, que foi firmado agora há pouco.

Informo, também, a v.exas. que o resultado da CPI foi muito propositivo no sentido de encaminhar um acordo celebrado entre a CPI, representando este Parlamento, e as operadoras.

Então, neste momento, solicitamos ao deputado Moacir Sopelsa, relator, à deputada Ana Paula Lima, sub-relatora, e ao deputado Silvio Dreveck, que façam, juntamente com os demais integrantes da comissão, a entrega e a manifestação da conclusão dos trabalhos da CPI da Telefonia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Queria fazer o registro de que hoje é o aniversário do deputado Dóia Guglielmi.

Então, em nome de todos os deputados, queremos parabenizar e desejar as bênçãos de Deus para v.exa., deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também se associa à manifestação proposta pelo deputado Kennedy Nunes, desejando saúde e vida longa ao deputado Dóia Guglielmi.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo pelo retorno a esta Casa e saber qual o tempo dessa apresentação, pois estou inscrita para falar em Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Luciane Carminatti, é que, na verdade, a nossa intenção era começar às 14h, pontualmente, mas atrasamos a assinatura do acordo. E as inscrições continuam na mesma ordem.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Vou aproveitar a ocasião, e cumprimento todos os integrantes da CPI, para requerer a v.exa. que possamos definitivamente dar andamento à CPI das Águas, ou o que sobrou dela, pois já estamos há meses discutindo essa CPI e ela sequer foi composta ainda.

Peço a v.exa., como presidente desta Casa, que instigue os líderes a apontar o integrantes desta CPI para que nós possamos iniciar os trabalhos, ainda este ano, da CPI das Águas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- O deputado Romildo Titon, a quem agradeço pela dedicação, ao longo dos últimos 15 dias, empenho, zelo e comprometimento de comandar esta Casa, informa-me que algumas bancadas ainda não fizeram a indicação.

Eu quero me comprometer com v.exa. de que vou solicitar por escrito. A Presidência vai tomar esta providência para que as bancadas completem a indicação para começar efetivamente os trabalhos.

Agora, sim, com a palavra o relator, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de, em seu nome, agradecer a todos os parlamentares que contribuíram para esta CPI.

Queria também, deputado Joares Ponticelli, agradecer aos deputados inscritos para falar em Breves Comunicações, que concederam o seu espaço para apresentarmos uma síntese do relatório desses quase seis meses de trabalho da CPI.

Gostaria que v.exa. recebesse das mãos da deputada Ana Paula Lima e dos deputados Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Edson Andrino e Marcos Vieira os volumes do relatório sobre tudo o que foi levantado nesse tempo.

Também quero cumprimentar os senhores e as senhoras que prestigiam esta Casa nesta tarde, embora o assunto que os traz aqui não seja o que vamos relatar aqui. Quero parabenizá-los, pois

estão aqui em defesa de melhores dias para as suas categorias.

(Passa a ler.)

“Há pouco, no gabinete da Presidência, as quatro operadoras de telefonia móvel que operam em Santa Catarina firmaram um termo de compromisso pela melhoria dos serviços prestados aos consumidores, que é um dos resultados práticos da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI criada pelo Ato da Presidência n. 16 do ano de 2013, com o propósito de apurar a precariedade dos serviços de telefonia móvel oferecidos pelas empresas que operam em Santa Catarina.

São problemas que afligem os catarinenses, motivo que nos levou a buscar avanços nos serviços prestados!

A CPI foi criada em abril, por requerimento apresentado pelo deputado Silvio Dreveck, que depois foi escolhido por unanimidade presidente dos trabalhos, e sempre a conduziu com serenidade, equilíbrio e espírito público. Sua instalação contou com o apoio unânime dos 40 integrantes do Parlamento Catarinense.

Fui escolhido relator e convidei a colega deputada Ana Paula Lima para ser a relatora adjunta. Também integraram a CPI os deputados Edison Andrino, Maurício Eskudlark, Sargento Amauri Soares e Marcos Vieira, e a todos devo o agradecimento pela colaboração permanente durante os trabalhos da Comissão.

Devemos também agradecer à Presidência, à Casa Militar, à Consultoria Legislativa, à Coordenadoria das Comissões, ao Departamento e à Assessoria Parlamentar, ao Departamento Administrativo e à Comunicação, com todos os canais institucionais, à Taquigrafia, ao Protocolo e ao setor de Transportes, às equipes dos gabinetes parlamentares e a todos os que se envolveram com a CPI.

Essa relatoria e toda a Comissão também são especialmente gratas às instituições que estiveram presentes nesta Casa para colaborar com a CPI.

Temos convicção de que logo colheremos bons resultados em favor dos catarinenses, pois a telefonia é um serviço prestado sob regime privado, mediante autorização da Anatel, sendo as empresas prestadoras deste serviço obrigadas legalmente a atender aos direitos do consumidor, com uma prestação de serviço adequada e eficiente.

Na prática, a CPI pautou seus trabalhos em audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa em 2012, nas informações fornecidas pelos Procons e nas manifestações das instituições convidadas a colaborar, questionando, principalmente, a qualidade do sinal, a dificuldade em efetivar chamadas e as constantes quedas das ligações.

A telefonia móvel é a campeã de reclamações no Brasil, sendo responsável por 70% das queixas nos Procons de SC.

Mais de 90% dos assinantes de serviços se dizem insatisfeitos.

Essa insatisfação é verificada pelo Judiciário catarinense, nos Juizados Especiais Cíveis e nas Varas da Fazenda Pública, conforme relatório apresentado à CPI.

Constatamos que houve expansão de serviços e redução no valor das taxas, o que tornou a telefonia móvel mais acessível. E as operadoras, para atrair novos clientes, fizeram uso de ferramentas promocionais com campanhas publicitárias nem sempre condizentes com a realidade dos serviços oferecidos.

O atendimento ao consumidor é outro grave problema, pois há uma prática de eternizar ligações, torná-las cansativas, até não suportar mais levar adiante suas queixas.

No transcurso dos trabalhos, nós nos deparamos com irregularidades, reclamações e denúncias devidamente apontadas no relatório, o que motivou atitudes saneadoras por parte da CPI, impondo às Operadoras de Telefonia Móvel pactuar um Termo de Compromisso.

A CPI entende que o compromisso das Operadoras, em cumprimento ao Termo acordado, deve

ser encarado como medida alternativa para resolução emergencial dos problemas constatados.

O descumprimento de qualquer dos termos de compromisso firmados habilita o Ministério Público de Santa Catarina a tomar medidas para a responsabilização civil e criminal, pois as operadoras têm o dever de prestar serviços adequados, com qualidade e de forma contínua, como determina o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor.

Entre argumentos apresentados pelas Operadoras, verificou-se como pertinente a dificuldade que existe em algumas cidades, principalmente nos maiores centros urbanos, no que diz respeito às instalações de seus equipamentos e antenas, que são limitadas pelas legislações municipais.

Registra-se que as empresas enviaram à CPI o relatório de novos pedidos de instalações de antenas no Estado.

Não se entende esse fato como determinante das irregularidades praticadas pelas Operadoras, pois estas devem cumprir a lei e procurar alternativas para que seja oferecido o serviço com qualidade.

Tal fato, contudo, não pode ser desprezado, considerando que as limitações impostas pela municipalidade podem interferir na oferta do serviço.

A CPI apoia a modificação da Lei Geral das Telecomunicações para a garantia de uma melhoria na prestação de serviço de telefonia, pois o texto sancionado em 1997 não acompanhou o avanço tecnológico que culminou com o crescimento da telefonia móvel.

Com o andamento da CPI da Telefonia Móvel, os Membros da Comissão já tinham conhecimento de que as Operadoras enfrentavam dificuldades para a instalação de antenas, em razão da discrepância entre leis municipais, situação que causa empecilhos para implantação de infra-estrutura de redes.

Dessa forma, ficou constatado que se deve, com urgência, alterar a Lei Geral de Telecomunicação no Congresso Nacional, bem como ser revista a

legislação estadual para a instalação de antenas em Santa Catarina.

Nesse sentido, conclui-se como fundamental o apoio à proposta da União Nacional dos Legislativos Estaduais, a *UNALE*, em firmar um grande '*PACTO NACIONAL DE ANTENAS*', proposição que tramita no Congresso Nacional.

A CPI também propõe ao *Senhor Governador do Estado*, e de modo especial à *FATMA*, o encaminhamento para *ALESC* de proposição legislativa que vise alterar a legislação ambiental para dar celeridade ao processo de licenciamento de instalação de novas antenas.

A CPI também mantinha expectativa em relação ao papel da Agência Reguladora responsável pelo controle da atividade, e insistiu na participação da *ANATEL*, convidando para colaborar com os trabalhos da Comissão.

Em suas intervenções perante a CPI, a *ANATEL* demonstrou a dificuldade em desempenhar suas funções, haja vista a ausência de recursos técnicos e de pessoal em seu quadro. O trabalho da Agência Reguladora é considerado de pouquíssima eficiência. Sua inércia estimula o desrespeito por parte das operadoras, diante de métodos de fiscalização absolutamente ineficientes.

É um fato lamentável, já que a *Anatel* recebe vinte e seis reais por chip habilitado, e anualmente mais treze reais por cada chip. Para fazermos uma conta simples, em Santa Catarina temos mais de oito milhões de habilitações, o que significa uma arrecadação anual de mais de R\$ 100 milhões de reais. Dinheiro não falta!

Assim, considerando a competência deste Poder diante do tema, apresento aos Excelentíssimos Membros da CPI, bem como ao Plenário da Casa a que será submetido o relatório final dessa CPI, as recomendações propostas e o encaminhamento que entendo devido para que se busque o cumprimento da legislação do consumidor no que tange ao serviço da telefonia móvel.

Faço-o nos seguintes termos:

Encaminhamento da versão original deste Relatório Final ao Presidente da Assembleia

Legislativa, solicitando a disponibilização integral da versão digital junto ao sítio eletrônico da Alesc na internet;

Encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa à CLARO, OI, TIM e VIVO, para tomar conhecimento do Relatório Final da CPI;

Encaminhamento do relatório à ANATEL;

Expediente aos órgãos que foram convidados para participar das reuniões da CPI, para que acessem a página da Alesc na internet e conheçam o relatório final da CPI;

Encaminhamento ao Ministério Público Estadual dos documentos apresentados à CPI, quando de seus trabalhos, e seus anexos, bem como notas taquigráficas, pois restaram comprovadas práticas ilegais, assim como o desrespeito às normas legais que regem o consumidor quando da prestação dos serviços pelas operadoras que atuam no Estado.

A competência para apurar, propor medidas administrativas ou judiciais cabe ao Ministério Público Estadual, legitimado para defender os interesses coletivos e difusos, como também por deter a titularidade para promover as ações, se for o caso.

Também o envio do Termo de Compromisso que pontua itens que a CPI considerou negociados com as operadoras, visando melhorar o serviço em nosso Estado;

Encaminhamento ao Ministério Público Federal da conclusão da CPI, haja vista que a autorização para prestar o serviço de telefonia móvel é de competência da União, até porque a ANATEL integra a Administração Federal;

Encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério das Comunicações, ao qual está funcionalmente vinculada a ANATEL, a fim de que, ciente das inúmeras deficiências da atuação dessa agência, adote as providências cabíveis;

Encaminhamento de cópia, ao Tribunal de Contas da União, a quem compete, nos termos da Constituição Federal, exercer o controle externo das agências reguladoras integrantes de Administração Pública Federal;

Cópia dos autos será encaminhada ao Governo do Estado, a fim de que o Poder Executivo tome ciência das falhas e irregularidades cometidas pelas Operadoras. A CPI solicita ao Governador do Estado que tome as providências que entenda necessárias para que as Operadoras ofertem a prestação do serviço conforme ajuste no Termo de Compromisso;

Nesse sentido, propõe-se o encaminhamento, por parte do Governador do Estado, de Projeto de Lei com vistas a buscar celeridade na tramitação administrativa junto à FATMA no que concerne ao procedimento para o licenciamento ambiental, alterando o formato da legislação vigente em Santa Catarina;

Propõe a este Poder Legislativo que envide esforços junto ao Governo do Estado e à Defensoria Pública do Estado, no sentido de viabilizar a instalação de Câmaras de arbitragem, coordenadas por defensores públicos, visando mediar conflitos extrajudiciais entre consumidores e empresas de telefonia, tendo como objetivo a resolução pacífica e célere de pendências causadas pela má prestação do serviço de telefonia, evitando, assim, o ajuizamento de demandas judiciais e diminuindo o tempo para resolução dos conflitos entre operadoras e consumidor;

Propõe-se que a Comissão de Direitos Humanos, responsável pelas relações de consumo e medidas de defesa do consumidor, conforme o Regimento da Alesc, acompanhe o cumprimento das medidas acordadas no Termo de Compromisso, quanto à execução de investimentos previstos no Plano de Melhoria da Prestação do Serviço Móvel, especialmente no que diz respeito a ampliar a capacidade de transmissão, instalar novas antenas e novos sites;

Propõe encaminhamento de MOÇÃO ao Fórum Parlamentar catarinense, solicitando apoio para aprovar a alteração da Lei Geral de Telecomunicação que tramita no Congresso Nacional.

Por fim, o encaminhamento de INDICAÇÃO, ao Ministro das Comunicações, solicitando com

urgência a instalação de escritório da ANATEL em Santa Catarina.”[sic]

Senhor Presidente, prezados colegas de Parlamento, eram estas as minhas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os membros da CPI ainda dispõem de nove minutos.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, nove minutos são insuficientes para relatarmos esse grande trabalho que foi realizado não por mim, mas por todos os nossos colegas deputados.

Quero, inicialmente, registrar e agradecer a todos os deputados e a todas as deputadas que assinaram o requerimento da CPI, por conta disso foi unanimidade a instalação da CPI desta Casa.

Gostaria de destacar também a grande contribuição dos colegas deputados Moacir Sopelsa, que foi o relator, Ana Paula Lima, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Edison Andrino e dos demais deputados que participaram, bem como dos colaboradores da Casa e da imprensa que nos apoio.

Não temos dúvida de que nós conseguimos, depois de 180 dias de trabalho, sr. presidente, construir o documento, ou seja, o relatório, mas também conseguimos construir um termo de compromisso em favor da população catarinense.

Ao passo que também tomamos conhecimento de importantes assuntos que não tínhamos domínio, ou desconhecíamos por alguma razão ou outra. E nós conhecemos essa realidade da telefonia no Brasil, em especial em Santa Catarina.

Obviamente que nós apenas conseguimos porque tivemos também a participação das entidades de classes; dos órgãos públicos; dos órgãos não governamentais; dos Procons; do Ministério Público; das federações; do sindicato da própria telefonia, tanto do laboral quanto do patronal; das operadoras, que foi importante; da Fatma; e da Agência Nacional de Telecomunicações. E com esses depoimentos e essas informações fomos construindo

esse documento, ou seja, o relatório, mais o termo de compromisso.

Sabíamos nós, deputado Moacir Sopelsa, na própria arrecadação de cada linha que adquirimos, que nós pagamos, a população paga e aquele que utiliza a linha paga na aquisição nada menos que R\$ 26,00 para o governo federal. Não se paga nada menos do que, em média, R\$ 13,00 por ano da utilização da linha.

Portanto, não estou falando do atual governo, mas do modelo que foi instituído no Brasil nos anos 90, em que se optou por um modelo arrecadatório, que é aquele em que a empresa que vai operar a telefonia pagará mais ao governo. O outro modelo é o da menor tarifa e o terceiro modelo, podendo ser o primeiro, é o da empresa que der a maior cobertura. E, obviamente, o Brasil optou pelo modelo arrecadatório, mas em compensação criaram-se os fundos, os quais eram para fazer frente ou dar estrutura para a referida agência para investir na fiscalização, em equipamentos que poderiam fazer o diagnóstico onde as empresas estariam cumprindo ou não lei. Mas, infelizmente, esse dinheiro arrecadado, nada menos que R\$ 62 bilhões, foi para o Tesouro da União e não para a Agência Nacional de Telecomunicações, de acordo com a criação de fundos.

Portanto, são algumas informações que obtivemos, que pouco se conhecia ou quase nada foi divulgado até então.

Por outro lado, quando se detectou, deputado Sargento Amauri Soares, que vivemos com uma legislação que tem mais de 13 anos e que ainda é uma legislação que permite que a empresa operadora faça apenas 80% da área urbana da sede do município, percebemos que a ausência de sinal será grande. Assim, a nossa capacidade de executar ou de exigir está de certo modo limitada, porque existe uma lei que está sendo cumprida.

Agradeço à bancada do PMDB por reconhecer a relevância desse trabalho. E certamente depois da minha fala colegas deputados também pretendem utilizar esse espaço. Mais uma vez, sr. presidente, muito obrigado!

Mas, continuando o meu raciocínio no que diz respeito ao que conseguimos detectar, diagnosticar, em termos de informação, quero dizer que eu falava dos fundos que foram criados para arrecadar e ajudar a resolver os problemas de infraestrutura, o que não aconteceu. Mas também conseguimos detectar e diagnosticar que em muitos locais, que em muitas regiões, a falta de cobertura de sinal de muitas regiões está, muitas vezes, limitada ou restritiva.

Existem leis municipais que foram criadas que impediram a instalação de antenas e *sites*, e isso foi, em muitas regiões e muitos municípios, um problema para a instalação de antenas.

Por outro lado, criou-se, muitas vezes, o fantasma, ou coisa semelhante, de que uma antena vai trazer prejuízos à saúde, porque ela pode emitir poluentes que vêm danificar - ou seja, emitir problemas para as pessoas que estão próximas. E quando, na verdade, isso não foi comprovado até hoje.

Portanto, nós vimos em alguns locais legislações que impedem a instalação delas a 500m próximos de residências. Ora, com isso é evidente que vai haver ausência de sinal!

A nossa própria legislação estadual merece uma atualização, e que está a caminho de acontecer, até porque já houve a iniciativa da própria Fatma de cooperar com um projeto de lei para dar maior celeridade na questão da instalação de antenas para a telefonia móvel em Santa Catarina.

Por outro lado, também nesse termo de compromisso conseguimos fazer com que as empresas assumissem aquilo que foi determinado no último leilão, e nós, no estado de Santa Catarina, temos uma empresa que foi a vencedora. E que até 2015 para concluir, a cobertura com o sinal, com as antenas ampliando o que hoje é restrito à área urbana do município, melhor dizendo, 80% da área urbana de cobertura vai passar por essa nova legislação a se estender 30km da sede do município. Da divisa, de onde termina a área urbana, mais 30km com cobertura de sinal para a telefonia móvel.

Diante disso, a nossa região, deputado Moacir Sopelsa, a sua região, a minha região, a região do deputado Antônio Aguiar, para citar como exemplo, que inicia na BR-280, nas imediações de Rio Negrinho, que passa por Mafra, Canoinhas e depois, lá em Porto União, na BR-153, se estenderem esses 30km de cada município, de um município para outro, nós temos uma extensão de 60 quilômetros. Isso certamente vai melhorar muito a extensão, a cobertura de sinal da telefonia em Santa Catarina. E espero que em outros estados também.

Mas quero ressaltar que nesse termo de compromisso está expresso e assinado que até o ano de 2015, caro relator, deputado Moacir Sopelsa, a empresa vencedora terá obrigação de fazer com que essa cobertura seja uma realidade. Assim como também conseguimos decretar e convencê-los de que há necessidade de melhoria no *call center* e no atendimento presencial. E tudo isto foi graças ao nosso trabalho na CPI.

Por isso, eu quero deixar a palavra aos meus colegas deputados e deputadas, já que o PMDB foi generoso conosco, deputada Ana Paula Lima, para que todos possam também se manifestar.

Antes de encerrar, quero, mais uma vez, agradecer a todos os colegas; à Presidência desta Assembleia Legislativa, que nos deu toda condição de trabalho; aos nossos colaboradores diretos ou indiretos; e à imprensa. E gostaria de dizer, acima de tudo, meus colegas e minha colega deputada, que só conseguimos isso graças ao esforço de cada um e que por conta disso esperamos que o nosso usuário catarinense possa ter um serviço melhor a médio e a longo prazos em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu também cumprimento v.exa., o deputado Moacir Sopelsa, relator, as demais deputadas e os deputados, e quem está-nos acompanhando pessoalmente e pela TVAL.

Sr. presidente, fizemos um excelente trabalho diante de tantas reclamações do povo catarinense a respeito da telefonia no estado de Santa Catarina, de Procons, da comunidade, e não somente da falta de sinal, mas também dos atendimentos no *call center*. Essa CPI fez um excelente trabalho ouvindo todos durante meses e finalizando, hoje, com um termo de compromisso entre as operadoras.

Mas também identificamos, diante de tantas reclamações, problemas em vários municípios que tinham legislações que não permitiam ser colocadas antenas. E, inclusive, já foram orientados para mudar as suas legislações, a exemplo da minha cidade de Blumenau, que tinha ações na Justiça contra as operadoras de telefonia porque tinham colocado antenas para atender a determinados locais, e uma dessas, inclusive, já sanada.

Outra era uma legislação na Câmara de Vereadores, que não permitia colocação de antenas em vários bairros da cidade. E as pessoas não entendiam por que faltava o atendimento da telefonia.

Então, durante a CPI foram identificados esses problemas, bem como de um órgão estadual, que é a Fatma, que foi chamada para participar da CPI e prestar esclarecimentos. Veio o sr. Gean Loureiro, que tinham também dificuldades na liberação das licenças ambientais.

Diante de todo esse trabalho que identificamos, e hoje assinamos o termo de compromisso entre as quatro operadoras, e que vão fazer as correções necessárias para o melhor atendimento da nossa população, nós ficamos deputado Moacir Sopelsa, satisfeitos com o final da CPI. Mas isso também não nos impede, sras. deputadas e srs. deputados, que esse termo de compromisso seja cumprido, como foi aqui depois de muitos debates com as operadoras e integrantes da CPI, na forma como foi formalizado.

Então, houve avanços e acredito que conseguimos dar respostas à nossa população. E é isso que cabe ao Parlamento catarinense, mas, principalmente, dar orientação às cidades que tinham legislações que impediam a colocação de

antenas. E cito outro exemplo, a cidade de Brusque - e está presente, neste momento, o sr. Fábio, representante do Procon -, pois já vão ser instaladas nesse município sete antenas da operadora Oi, e que antes não podiam ser instaladas porque havia uma legislação que as impedia. Mas também as operadoras, que irão fazer um atendimento melhor à nossa população, têm diversas reclamações, conforme termo de compromisso assinado.

Mas a CPI foi importante para elucidar essas problemáticas, que de repente até os parlamentares ouviam a reclamação, mas não sabiam a origem dela.

Identificamos a Fatma, municípios que tinham legislações que impediam isso, e também as operadoras telefônicas, que não prestavam um atendimento adequado à nossa população.

Então, parabéns ao presidente, que nos conduziu; ao relator, deputado Moacir Sopelsa, que teve a capacidade de ouvir dos demais parlamentares todas as manifestações; aos demais integrantes dessa comissão, que ficou a grande maioria. Com algumas exceções, e vamos aqui ser justos, que não compareceram às reuniões, mas todos eles foram a todos os chamados do nosso presidente. Nós estávamos no horário aprazado para fazer um bom debate.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente. E o deputado Sargento Amauri Soares também quer contribuir com esse debate.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente desta sessão, deputado Romildo Titon, quero, com a sua autorização e dos demais pares deputados, cumprimentar o presidente desta CPI, deputado Silvio Dreveck; o nosso relator, deputado Moacir Sopelsa; e a vice-relatora, deputada Ana Paula Lima.

Foram meses de trabalho e no início todos nós tínhamos a sensação de que poderia ser uma CPI que iria naufragar antes da metade do oceano - e é um

oceano o que se tem que atravessar em termos desse debate para a sociedade catarinense.

No entanto, pela contribuição dos servidores deste Poder e de outros Poderes e órgãos de outras entidades públicas e privadas aqui no estado de Santa Catarina, conseguiu-se realizar debates praticamente semanais ao longo de todos esses meses de uma CPI que foi inaugurada lá no longínquo mês de abril, com muito trabalho, vale registrar. E quero dizer do empenho e da perseverança do presidente, deputado Silvio Dreveck; do relator, deputado Moacir Sopelsa; e dos servidores desta Casa, que dedicaram a esse trabalho.

Do meu ponto de vista não pessoal, mas do meu ponto de vista programático e, por que não dizer, ideológico, preferiria muito que a telefonia em geral e a móvel fossem empresas públicas, como eram até a década de 90. Há quem diga que por isso não funcionava, mas podemos dizer que com recursos públicos e com o trabalho de servidores públicos foi construída a base que possibilitou toda a pulverização, extensão e ramificação posterior da telefonia, inclusive a móvel, em todo território nacional.

Tanto isso é verdade, sr. presidente, que das pessoas, autoridades representando empresas, empresas e sindicatos das empresas que participaram e estiveram na CPI, as mais qualificadas, sem querer menosprezar, evidentemente a capacidade de ninguém, eram pessoas que tinham trabalhado no sistema público anterior. E um representante do sindicato das empresas, em nível nacional, trabalhava na companhia pública do Rio de Janeiro até a década de 90. E, aliás, deputado Moacir Sopelsa, como nós vimos lá na comissão, é o dono proprietário do primeiro telefone celular do Brasil.

E aí o que nós vamos debater, deputado Romildo Titon, em nível técnico, com o proprietário do primeiro telefone celular, do primeiro número de telefone celular existente no Brasil? Eu, um guri agricultor lá da cidade de Imbuia, que foi morar numa casa que tinha energia elétrica, deputado

Moacir Sopelsa, quando tinha 18 anos de idade! A primeira vez que morei numa casa com energia elétrica foi aos 18 anos de idade!

Então, o nível técnico desses, hoje, gestores de entidade e empresas que tiveram a sua formação também muito dentro das antigas empresas públicas de telefonia aqui do nosso país...

O registro necessário o deputado Silvio Dreveck já o fez, assim como também o deputado Moacir Sopelsa já leu o relatório.

E não é para falar mal de nenhuma pessoa aqui, mas a Anatel é, declaradamente a esta CPI, incapaz de fiscalizar e exigir que alguém cumpra, inclusive, os contratos que existem. O curioso é que o representante da Anatel veio à CPI, deputado Romildo Titon. Então, é importante a CPI, porque todas as entidades e as empresas públicas e privadas aqui vieram.

A Anatel informou à CPI que, às vezes, não podia vir porque não recebia diária! Então, se não há uma diária para participar de uma reunião feita por convite ou por convocação pelo Poder Legislativo, como é que terá estrutura para fiscalizar as milhões de ligações telefônicas e de *internet* existentes no Brasil feitas por essas empresas? Evidentemente que o Poder Público precisa se estruturar.

Quero agradecer e novamente parabenizar os colegas, o presidente relator, os servidores e os demais colegas da CPI pela perseverança, e dizer da importância de um termo de compromisso. E nós avaliávamos que não iam chegar talvez à metade do oceano, que coloca obrigações para as empresas cumprirem. E até recentemente achávamos que as empresas não viriam, porque estaria tudo acertado, já que devem compromisso para a Anatel, para o ministério das Comunicações e para o Congresso Nacional, e não para a Assembleia Legislativa. Mas elas vieram, todas elas!

Então, de forma diligente, precisamos parabenizá-las por isso e convidá-las a participar, inclusive, e assinar o termo de compromisso no sentido de melhorar a telefonia no estado de Santa Catarina.

A novidade que teremos, e já existe contrato assinado entre as empresas e a Anatel, é que a partir do ano de 2015, começando já no ano que vem, 2014, as empresas terão que oferecer sinal até a distância de 30km, deputado Romildo Titon, para além do limite urbano do município.

Isso é muito importante para garantir acesso à ligação nas rodovias, nas áreas rurais até 30km de distância do centro das cidades, inclusive nas rodovias. E tem sido motivo de debate nesta Casa a segurança pública, que o grande problema da falta de segurança nas rodovias é a falta de sinal de telefonia. E ficamos também espantados em saber que não há nenhum compromisso feito pela legislação federal e pelos órgãos que regulam essa questão de que as empresas tenham que garantir a ligação telefônica nas rodovias.

É impossível que o conjunto da riqueza e das pessoas que se movimentam neste país pelas rodovias não tenha garantia e que não exista a cobrança por parte do órgão responsável para que as empresas sejam obrigadas a instalar antenas de telefonia móvel ao longo das rodovias! Nem sequer existe nas rodovias federais.

Então, o que ameniza é o fato de que a partir de agora, ou a partir dos próximos dois anos, as empresas terão que garantir o sinal 30km para além do limite da área urbana de cada uma das cidades catarinenses. Isso vai, com certeza, melhorar muito o sinal de telefone tanto na área rural quanto nas rodovias.

Por outro lado, sabemos que as dificuldades que existiam no mês de abril e no ano passado continuam existindo. É preciso que saibamos e estejamos vigilantes para o fato de que o Brasil é um dos países do mundo que têm mais linha telefônica agarrada numa antena, baseada numa única antena, dez vezes mais do que em alguns países do mundo.

É preciso resolver essa questão, porque existe a legislação ambiental, é evidente, e há novas tecnologias que garantem a instalação de antenas com menos degradação ambiental, inclusive acoplado no alto dos edifícios de forma que não

precisa haver nenhum impacto ambiental sobre áreas de preservação vegetal, por exemplo, da fauna e da flora.

No entanto, é necessário que haja uma fiscalização maior para exigir que exista o máximo possível de linhas telefônicas vendidas para cada antena instalada.

E só assim se garantirá o sinal melhor de telefonia, inclusive nas áreas urbanas, porque, inclusive, aqui nos grandes centros temos, e continuamos tendo, a menos de 15km, em cima das pontes que dão acesso a essa ilha, a dificuldade para ter sinal de forma ininterrupta. E, infelizmente, continuamos tendo interrupção a cada momento.

É preciso que continuemos atuando. E ao contrário do que se poderia pensar, que a Assembleia Legislativa não tinha nada que se meter nesse assunto, é, sim, nossa obrigação de parlamentares estaduais, em nome da sociedade catarinense e em nome do povo catarinense, realizar discussões, audiências e, se necessário, CPIs para que possamos ser também a voz da nossa sociedade em defesa do seu direito e dos seus interesses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência dá por recebido o relatório da CPI e será determinada a publicação e as providências necessárias.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu falei na questão da CPI do município de Brusque, que teve que se adequar à legislação, e gostaria de registrar a presença do coordenador do Procon de Brusque, sr. Fábio Roberto de Souza, e também do coordenador-geral do Procon da cidade de Blumenau, sr. Alexandre

Pereira Caminha, que acompanhou também esse debate na CPI da Telefonia.

Então, quero registrar a presença dos integrantes do Procon de Brusque e do Procon da cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente Romildo Titon, quero registrar, com satisfação, a presença do prefeito da cidade de São João do Itaperiú, próxima a Barra Velha e Joinville, o sr. Rovani Delmonego, do PSD.

A cidade realiza a maior festa de São João de Santa Catarina. E tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria para transformar São João do Itaperiú na Capital Estadual da Carne, porque lá são abatidos 50 mil bois por ano nos seis frigoríficos que existem.

Seja bem-vindo, prefeito Rovani Delmonego!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e também aqui presente, especialmente os servidores estaduais que estão presentes acompanhando a tramitação desse pacote de projetos que estão em discussão na Assembleia Legislativa. E é importante a presença, sim, dos servidores para fazer o acompanhamento e também para manifestar as suas opiniões. Enfim, para debater os projetos para que nada seja aprovado sem que passe, realmente, por um bom debate nesta Casa, com a presença dos servidores.

Sejam bem-vindos! Estamos acompanhando atentamente a tramitação desses projetos aqui na Casa, que tiveram passos, hoje, na comissão de Constituição e Justiça e terão também nas demais comissões.

Mas, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero também fazer um registro importante neste horário destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores sobre a presença, em Santa Catarina, amanhã, da presidente da República, Dilma Rousseff.

O roteiro da visita prevê ordens de serviço, entregas de equipamentos e uma série de ações importantes para o nosso estado. Eu gostaria, rapidamente, de enumerar aqui essas ações.

O roteiro iniciará em São Francisco do Sul, onde acontecerá a cerimônia de ampliação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul, que passou por um realinhamento.

A ampliação do Berço 201 recebeu recursos do governo federal, através do PAC 2. O investimento será de R\$ 35 milhões, sendo R\$ 30 milhões do governo federal e R\$ 5 milhões de recursos próprios. Com esse investimento vai diminuir o tempo de movimentação do navio de granel de importação e produto siderúrgico, facilitar a movimentação de navios maiores no terminal portuário e ampliar a movimentação de cargas.

Então, é importante esse ato que vai acontecer, e lá em São Francisco do Sul também vai acontecer o segundo ato, e que está acontecendo em diversas regiões do estado e de outros estados, que é a entrega de máquinas às prefeituras municipais.

No caso específico da entrega de amanhã, serão 69 máquinas entregues a prefeituras daquela região. São 59 motoniveladoras para 59 municípios e também dez caminhões para dez municípios.

Esse é um programa do ministério do Desenvolvimento Agrário do governo federal que prevê a entrega de um conjunto de máquinas para cada um dos municípios que possuam menos de 50 mil habitantes. Esse conjunto de máquinas inclui uma retroescavadeira, e que todos os municípios

catarinenses já receberam; uma motoniveladora; a patrôla popularmente conhecida, e que grande parte dos municípios já receberam e mais 59 estarão recebendo nesse ato de amanhã. Também receberão caminhão caçamba, sendo que dez estarão sendo entregues amanhã e diversos outros estarão sendo entregues. E a previsão é que até março do ano que vem todos os municípios tenham recebido esses equipamentos. Isso é muito importante porque vai ajudar, principalmente, no atendimento da área da agricultura familiar nos nossos municípios.

Ainda nessa agenda da presidente, a segunda agenda contempla o município de Itajaí, onde a presidente dará ordem de serviço de ampliação das barragens de Taió e Ituporanga.

O governo federal teve participação essencial em projetos de prevenção de cheias que, em parceria com o estado, somam quase R\$ 1 bilhão. Essa região é castigada pelas cheias nos últimos 30, 20 anos e recebe agora investimentos importantes. E a presidente estará presente para fazer esses convênios e esses repasses desses recursos através do chamado PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Amanhã também acontece lá, com a presença da presidente da República, o ato de criação e regulamentação do funcionamento das instituições comunitárias de ensino superior. Está ainda prevista uma reunião com os reitores.

O terceiro ato desse roteiro, desse dia, acontece aqui mesmo na capital do estado, em Florianópolis, no Centro Integrado da Cultura, onde será assinado o termo de contrato de financiamento para os estados e municípios, como autorização de empréstimos de R\$ 2 bilhões do Banco do Brasil, que deve ser revertido em obras para Santa Catarina. Ainda em Florianópolis a presidente deve anunciar oficialmente a obra de dragagem do canal do Porto de Imbituba, aumentando, então, a profundidade daquele canal.

Faço questão de destacar isso primeiro pela presença da presidente, que não vem apenas para visitar, ela vem numa agenda ampla de trabalho, de convênio de parceria com o estado de Santa

Catarina, e antecipando obras esperadas há muito tempo, em especial as obras de contenção das cheias no vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Neodi Saretta, parabéns pelo seu pronunciamento, já anunciando a agenda da presidente Dilma Rousseff, que vamos recebê-la com o maior carinho em nosso estado. Ela vai à cidade de São Francisco do Sul, onde serão investidos R\$ 30 milhões ampliando o porto, e vai assinar também financiamentos para Santa Catarina. Esperamos que ela possa, quem sabe, autorizar a licitação da BR-280.

Mas nós queremos agradecer a presidente Dilma Rousseff, pois ela tem sido generosa com o nosso estado no que diz respeito a encaminhamento de verbas, recursos e atenção ao nosso governador Raimundo Colombo. Ela tem feito, efetivamente, uma grande parceria com o nosso estado e com o nosso governador.

Portanto, seja bem-vida, presidente! E parabéns a presidente Dilma Rousseff pelo trabalho que vem realizando no Brasil e para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. Incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Neodi Saretta, realmente amanhã vai ser um grande dia para o estado de Santa Catarina, mais uma vez, com a visita da nossa presidenta Dilma Rousseff, que vem a três municípios, mas que vai privilegiar, destacar, inclusive, recursos para os 295 municípios do estado de Santa Catarina nas obras necessárias, principalmente aquelas que vão ser entregues lá no Porto de São Francisco do Sul, mas outras obras que também já estão pleiteadas.

Mas também fará a assinatura de um convênio de novos recursos na ordem de R\$ 2 bilhões para o

governo do estado de Santa Catarina para serem investidos naqueles pactos que os municípios estão esperando na área de segurança, infraestrutura, saúde, que é isso que nos têm cobrado as lideranças políticas e a comunidade do nosso estado.

Mas destaco que o povo está pedindo urgência também nessas obras, por parte do governo do estado de Santa Catarina.

E há outra menção que gostaria de fazer, deputado Neodi Saretta, em respeito aos funcionários públicos que estão aqui presentes, e que não entenderam o pedido de vista a vários projetos. A bancada do Partido dos Trabalhadores hoje, na comissão de Constituição e Justiça, foi célere, inclusive, em liberar os projetos para as comissões de mérito, que são a comissão de Finanças, a comissão de Serviços Públicos e a comissão de Segurança Pública.

Então, o que diz respeito a este Parlamento, a bancada do Partido dos Trabalhadores, senhores e senhoras, funcionários públicos, foi célere na análise desse projeto, porque entende a angústia dos senhores e das senhoras, e também entende o bom serviço que vocês prestam ao estado de Santa Catarina.

O que depender de nós, deputado Neodi Saretta, e o senhor fez essa defesa na reunião da bancada, no dia de hoje, nós iremos votar a favor, sim, porque os senhores e as senhoras merecem.

Muito obrigada, sr. deputado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Para concluir o nosso pronunciamento, faço uma referência a essas obras e a esses serviços que estão vindo, em parceria do governo federal, para Santa Catarina, que são obras importantes para o estado, mas que também ajudam a liberar um pouco o caixa para atender às demandas reprimidas de servidores que estão há muito tempo esperando melhorias. Alguns estão contemplados e estão aqui defendendo os seus reajustes, outros, como no caso do magistério, têm grandes questões pendentes que

precisam ser resolvidas. E, inclusive, algumas gratificações que estão sendo contempladas. E nós já tínhamos projeto de lei, inclusive para contemplar, no caso de especialistas em educação, assistentes técnicos pedagógicos, que estão fora.

Eu acho que com esse fôlego de caixa o governo pode não só atender às demandas já negociadas, mas sentar com os demais setores que ainda não tiveram as negociações feitas, acertando isso para contemplar os servidores de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL, pessoas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital, servidores públicos aqui presentes.

Primeiramente, presidente, eu gostaria de registrar a presença de dois amigos do bairro Paranaguamirim, bairro que eu moro, e que são lideranças do bairro: Nilson Passos e Hermes Lamim, que visitam a Assembleia para conhecer um pouco do trabalho dos deputados e presenciar também esse grande ato democrático que acontece aqui no dia de hoje.

Quero também registrar que ontem, na Câmara de Vereadores de Joinville, estive presente junto com o deputado Darci de Matos, ocasião em que aquele Poder concedeu ao padre Ademir José Ronchi o título de Cidadão Honorário de Joinville. Ele, que tem um grande trabalho de formação no Seminário Diocesano Divino Espírito Santo, vai poder formar, nessa passagem como reitor do seminário, 55 padres. E sem contar a contribuição dele na questão social e também nas questões que envolvem a cidade de Joinville.

Quero parabenizar também toda a comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Celular, que

brilhantemente concluiu os seus trabalhos. E, de certa forma, também vai firmar pactos e compromissos com as empresas para que dentro do nosso estado tenhamos avanços necessários para evitar transtornos ao efetuarmos uma ligação, por não haver cobertura de sinal, deputada Luciane Carminatti.

Então, Santa Catarina começa a ter alguns avanços fundamentais em relação à telefonia celular, graças à conclusão da CPI.

Quero registrar que, finalmente, as obras do rio do Morro foram retomadas na semana passada. Cobramos aqui, juntamente com o deputado Valdir Cobalchini, da empresa responsável pelas obras que estavam paralisadas, mas agora as máquinas voltaram a trabalhar e há um bom andamento na obra da estrada do rio do Morro. Tenho dito aqui seguidamente que é uma obra importantíssima para a região sul, especificamente a cidade de Joinville.

Também na semana retrasada visitei as obras de acesso à praia de Ervino, em São Francisco do Sul. É uma obra de 14km e já temos 5km pavimentados, a base de pavimentação concluída, faltando apenas a manta asfáltica para a conclusão.

Então, acreditamos que essa obra da praia do Ervino, na cidade de São Francisco do Sul, é uma obra que vai possibilitar o desenvolvimento da região e daquela praia também. Parabéns ao governo do estado! Gostaria de parabenizar também a secretaria de Infraestrutura, que está dando um bom andamento à obra.

Quero também manifestar que novamente os moradores da Barra do Sul e da região do Itapocu vieram nos solicitar a pavimentação da rodovia do Morro Grande, porque no verão, deputado Darci de Matos, é a que dá acesso à Barra do Sul é também é um caminho alternativo a São Francisco do Sul.

Então, pedimos ao governo do estado, juntamente com o Poder Legislativo, que traga a discussão sobre a pavimentação dessa rodovia tão importante para a região da Barra do Sul e de São Francisco do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ao cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Romildo Titon, cumprimento todos os colegas deputados.

Quero aqui também estender os cumprimentos a toda a categoria de servidores públicos que legitimamente estão participando desse ato da Casa, acompanhando os projetos que aqui estão. E gostaria de dizer a todos vocês que sua participação só contribui para o aprimoramento do debate aqui na Casa. São todos muito bem-vindos aqui na Casa, conte conosco nesta caminhada que é justa e merece o apoio de todos nós.

Nós estaremos, nessa próxima sexta-feira, realizando uma audiência pública com as lideranças do extremo sul de Santa Catarina para tratarmos da construção da Barragem do Rio do Salto, que é uma obra já reclamada há mais de 30 anos pela população. Apesar de beneficiar mais de 115 mil pessoas daquela região, beneficiar diretamente oito cidades, com um valor a ser aplicado de apenas R\$ 80 milhões, até hoje esta barragem não consegue sair do papel.

É preciso fazer uma avaliação também positiva do trabalho dos últimos três anos, tanto desta Casa, mas, principalmente, pela sensibilidade e vontade política de tirar essa barragem do papel que o governador Raimundo Colombo, juntamente com a Presidência da Casan, teve, pois já foram indenizados no valor de R\$ 19 milhões. Todos os agricultores e produtores que tinham terras que serão atingidas por essa barragem já foram indenizados. Agora, recentemente, a Casan conclui o projeto de engenharia da obra e ela se encontra nesse momento em condições de ser licitada.

Por isso, tendo em vista que todos os encaminhamentos que vêm sendo tomados pelo governo

do estado param em questões cruciais, está sendo necessário que novos desafios sejam transpostos para que os recursos do ministério da Integração possam chegar até Santa Catarina. Nós temos cerca de R\$ 66 milhões assegurados para esse projeto junto ao ministério da Integração e mais R\$ 14 milhões assegurados no orçamento da Casan.

Essa é uma obra que, além da reivindicação histórica, beneficia muitos e é crucial para o abastecimento urbano de diferentes cidades. Municípios como Araranguá, com mais de 60 mil habitantes, serão beneficiados por essa barragem. Arroio do Silva, Balneário Gaivotas, Ermo, Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande e Turvo somam uma população de mais de 100 mil habitantes que hoje têm água de má qualidade, e no período de estiagem as famílias sofrem racionamento de água. E mesmo assim nós não temos conseguido sensibilizar adequadamente os governos estadual e federal para priorizar essa obra que está no papel. Já foi tirada a licença ambiental. Está sendo questionado nesse momento pelo Ministério Público Federal, mas a Fatma já emitiu a licença ambiental.

É preciso montar uma força tarefa para uma obra pequena, mas tão necessária evitar enchentes, que irá abastecer oito cidades do extremo sul de Santa Catarina e que vai, sem dúvida nenhuma, beneficiar centenas de pequenas propriedades da agricultura familiar, basicamente na produção de arroz e milho e na bovinocultura de todo o vale de Araranguá. E elas já aguardam há muitos anos para que essa obra saia do papel.

Por isso, todas as condições estão sendo dadas, além do que o extremo sul de Santa Catarina também vai ganhar, através da Barragem do Rio do Salto, condições propícias para desenvolver o turismo na região.

Já temos o turismo no litoral e agora, através dessa barragem a ser construída na encosta da serra, teremos condição de desenvolver a piscicultura, a agricultura, o abastecimento urbano e o desenvolvimento turístico, integrando o litoral com a encosta da serra, aproveitando todo o potencial que temos no extremo sul.

Queremos aqui nesta tarde reforçar o apelo para que todas as lideranças em nível federal e estadual possam se fazer presentes, nesta próxima sexta-feira, na audiência pública que estará sendo realizada na cidade de Turvo, na Adesul, e que contará com a presença de vários órgãos executores desse projeto e também órgãos de controle tanto da união quanto do nosso estado.

Precisamos, de uma vez por todas, elaborar uma força tarefa capaz de vir a Florianópolis e ir a Brasília para transpor todos os obstáculos que estão sendo criados para que mais uma vez o extremo sul de Santa Catarina perca uma obra reivindicada e aguardada pela nossa população há mais de 30 anos.

É preciso que erguer juntos uma voz forte, deputado Reno Caramori, para sensibilizar as autoridades. Não é possível que mais de 100 mil pessoas sejam prejudicadas pela falta de sensibilidade tanto do governo federal quanto estadual na execução dessa barragem. É necessário que se aumente o prazo junto ao ministério da Integração Nacional para que essa obra seja licitada durante o próximo ano, e que os agricultores, bem como a população das cidades de Meleiro, Turvo, Ermo, Jacinto Machado e Araranguá, possa ter a garantia de abastecimento urbano, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a presença das representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville: a Monique, a presidente de honra, a sra. Donalda, e a dona Zulma. Elas visitam este Parlamento catarinense e logo mais teremos uma audiência com o presidente do Tribunal de Contas.

Sejam bem-vindas! Sabemos que a Rede Feminina de Combate ao Câncer existe no Brasil inteiro e merece o nosso apoio e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria saudar o sr. presidente, os srs. deputados, o público que nos acompanha pela TVAL e os servidores aqui presentes.

Este é um momento misto de alegria, angústia e preocupação para muitas categorias, como as dos servidores do Iprev e da secretaria da Administração, que aguardam os projetos. A cada dia ouve-se uma notícia diferente, mas temos visto, por parte do governo, a vontade de atender a todas as categorias. Inicialmente, o governo tinha optado pelo reajuste anual, mas depois precisou negociar separadamente com a educação e a saúde e agora atende a algumas categorias, como os servidores do Iprev, que estão há dez anos sem reposição.

Então, vejo que não é um momento de desagregação. Hoje, inclusive, estamos na busca de um consenso para que realmente os projetos andem. Houve uma concordância, por uma audiência pública, na questão salarial da segurança pública. E essa foi uma forma de fazer com que os demais projetos tenham o seu rito o mais rápido possível.

Eu sei da angústia de cada categoria e queremos que as matérias caminhem. O telefone não para. Sei que as famílias estão sofrendo e ligando para saber se foi resolvido ou não. Mas nós esperamos que todos possam ter um final de ano um pouco mais tranquilo, com paz e que, efetivamente, todos esses projetos venham a ser votados.

Queria falar, também, da conclusão da CPI da Telefonia.

(Palmas)

Agradecer seria sempre gratificante. Nós sabemos que na política há momentos de popularidade e momentos que tem que haver credibilidade. Nunca podemos perder a credibilidade. A popularidade, às vezes, oscila. O projeto é bom, o relatório mais difícil, porque se tem que adotar uma determinada posição. Mas, com certeza, a presença de todos os senhores aqui ajuda-nos muito nesse trabalho.

Com referência à CPI da Telefonia, nós podemos dizer que a telefonia avançou. E o que nós constatamos com a CPI? Que as empresas estão fazendo mais do que a Anatel exige. Então, se o cidadão está recebendo pouco, é porque a Anatel exige pouco.

A Anatel que tem a obrigação, como bem disse o deputado Sargento Amauri Soares, de fiscalizar. E quando foi chamada para comparecer à CPI, disse que não tinha diária para um diretor participar da reunião da CPI. Aí, sim, há órgãos que precisam ser extintos, porque se tornam um peso para o cidadão, com uma ineficiência, sem qualquer resultado positivo.

Em vários momentos recebi telefonemas dos diretores de empresas que queriam agilizar, melhor o atendimento, implantar novas antenas de telefonia, mas diziam que a burocracia os impedia. E não foram nem um, nem dois os casos em que tivemos que intervir, falar com os prefeitos municipais para que as licenças municipais saíssem mais rapidamente.

Então, é muito importante que se acabe com essa burocracia em nível de Brasil. Criou-se, em muitos momentos, baseado no fato de que existe corrupção, irregularidades em tudo e de que há pessoas querendo levar vantagem. Hoje, nós temos no DNIT mais engenheiros para fiscalizar do que para fazer obra. Há engenheiros sobrando para fiscalizar e não para fazer o projeto. Isso é um absurdo!

Nós falamos sobre algumas questões do governo federal. Vejo que o governo federal tem um compromisso muito grande com a questão indígena. Tarso Genro, quando ministro, definiu, demarcou,

várias áreas como indígenas. E agora, como governador do Rio Grande do Sul, está indo para a Justiça para tornar sem efeito os atos que ele mesmo assinou.

Então, são absurdos assim que fazem com que tenhamos um descrédito na administração pública, não confiando, e que fazem, infelizmente, com que se tenha tantos tipos de controladorias e de acompanhamento de obras públicas.

Para finalizar, gostaria de dizer que amanhã teremos uma audiência pública da comissão de Segurança Pública, na Câmara de Vereadores de Itapema, a pedido do presidente da comissão de Segurança Pública da referida Câmara, vereador Wanderley Dias, para discutir as questões de segurança no município, a efetiva implantação do monitoramento eletrônico, a temporada de verão. Enfim, todos esses municípios litorâneos solicitam aumento do efetivo e de viaturas para que haja um melhor atendimento.

Itapema, deputado Dado Cherem, tem uma questão grave, que é a construção da nova sede da delegacia de polícia, pois a que existe lá é um casebre.

Então, precisa de um novo imóvel, pois está localizado em cima de três terrenos, dois do município e um do estado. E nós precisamos passar o terreno do estado para o município para que o mesmo defina o novo terreno, a nova área para a delegacia de polícia.

Nós, juntamente com o vereador Xavier Legarrea Cañas e o coronel Abel, que é do patrimônio, estivemos em Itapema. Podemos dizer que apenas a burocracia e a lentidão fazem com que esse trabalho fique demorado demais. Então, sabemos das reivindicações da população de Itapema.

Também quero dizer que as audiências públicas realizadas em Balneário Camboriú, Itajaí e Joinville apresentaram bons resultados. Joinville está, inclusive, com novas viaturas. Todos pediram e o comando anunciou 153 novas viaturas para a região de Joinville e 78 novas viaturas para o município de Joinville. Realmente, essa é

uma boa notícia, pois a população quer ver a segurança presente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não, ilustre deputado, representante e lutador pela nossa Joinville!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pela condução da comissão de Segurança Pública. V.Exa., que é delegado de polícia com muita experiência na área de segurança pública e também em outras áreas, dedicou-se muito à segurança pública.

V.Exa. fez uma série de reuniões no estado. A de Joinville, por exemplo, foi muito proveitosa, colhemos informações e pleitos que certamente serão viabilizados pelo governo do estado de Santa Catarina.

Deputado Maurício Eskudlark, se v.exa. me permite, também quero deixar aqui o convite aos parlamentares, porque, hoje, às 17h, teremos, na Sala de Imprensa, uma reunião da Frente Parlamentar do Varejo. E nós teremos aqui a presença de representantes da Fecomércio, do CDL, do setor produtivo de Santa Catarina para discutir uma pauta da referida frente, que é o projeto de minha autoria, e cujo relator é deputado Serafim Venzon, que se preocupa com a saúde pública e o combate à pirataria, que diz respeito à venda de óculos de sol no estado catarinense.

Portanto, todos estão convidados para essa reunião.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Realmente, essa é uma preocupação. Nós, que fazemos parte dessa frente, com satisfação e motivação estaremos participando dessa reunião.

Amanhã, também participaremos da audiência pública da Câmara de Vereadores de Itapema sobre segurança pública, e todos os srs. deputados estão convidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, a nossa saudação especial a todos que acompanham esta sessão nas galerias desta Casa.

Vou me ater a um assunto que, certamente, preocupa todos nós, principalmente a esse parlamentar. Na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direito da Criança e do Adolescente, queremos dizer que nós caminhamos pelo estado de Santa Catarina fazendo cinco encontros regionais nos municípios de Criciúma, Itajaí, Joinville, Lages, Chapecó, e que agora, no dia 10, faremos um último encontro conclusivo aqui em Florianópolis, quando observaremos a aplicação das medidas socioeducativas. Isso nos preocupa porque atualmente em Santa Catarina, no meio de 6,5 milhões habitantes, nós temos, aproximadamente, 2.400 a 2.500 jovens que estão de alguma forma cumprindo essas medidas.

Preocupa-nos, ainda, porque esse número é cada vez mais crescente. E a gravidade das infrações também tem aumentado. Praticamente dos 300 jovens e adolescentes que estão internados, 100 deles são justamente por homicídio, tentativa de homicídio ou latrocínio. E um grande número e é provocado por uso de drogas.

O Ipea fez no mês passado uma pesquisa no meio de jovens normais perguntando o que o jovem mais quer? E a revelação está justamente nessa pesquisa realizada pelo Ipea, que foi feita com jovens de todo o Brasil e que foi divulgada neste ano. Infelizmente, não há um sinal concreto de que esse clamor esteja sendo atendido, porque a nossa educação, a escola de ensino médio e ensino de terceiro grau, e até mesmo a faculdade, ainda não prepara o jovem para o futuro. Dá-lhe um canudo que lá na frente não serve para nada. E isso podemos dizer referente a muitas universidades,

que, infelizmente, formam os jovens apenas para cobrar a mensalidade durante o seu curso. E ainda cursos de ensino médio que, em muitos deles, ganham o nome de curso técnico profissionalizante, mas que também não é relativo à demanda, à necessidade social, à necessidade de emprego na região onde ele está.

Por isso, precisamos, primeiramente, estimular a permanência do jovem na escola. O ensino médio, ponto nevrálgico na vida de milhões de brasileiros, deve ser reorganizado, com novos planos de formação. É preciso rever currículos e conteúdos, de tal maneira que aquilo que ele está estudando sirva para o jovem ganhar melhor a vida e ter uma qualidade de vida melhor.

(Passa a ler.)

"Apesar de não ter as suas consequências resumidas a este aspecto, a escolaridade deficiente é um dos entraves à inserção do jovem no mercado de trabalho. Em períodos de economia aquecida, candidatos preparados conseguem as melhores vagas. Nos momentos de crise, os grupos mais vulneráveis são exatamente os que têm menos tempo de sala de aula. Ainda destacamos que, infelizmente, no meio desses, o jovem negro e aquele que tem escolaridade menor são justamente os que são mais marginalizados.

Não há uma medida única capaz de solucionar os desafios da educação no Brasil, mas especialistas concordam que um dos maiores gargalos está no ensino médio.

Pesquisa da Fundação Seade do estado de São Paulo traça um retrato dramático: 'a proporção dos jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio é inferior a 51% (e são dados colhidos no ano 2011); entre 1999 e 2011 mais que dobrou a proporção dos que abandonaram a escola do ensino médio, que foi de 7,4% para 16,2%; a proporção dos que nem trabalham, nem estudam atinge 24% dos jovens com 18 anos de idade e 25% daqueles com 20 anos; 58,3% dos que não estudam e não trabalham estão entre as famílias com renda familiar inferior a dois salários mínimos; os indicadores de desempenho escolar praticamente não se alteraram na

comparação entre 1999 e 2011, apesar dos esforços realizados pelo setor público nesse tempo'.

Além do entrave do acesso ao mercado de trabalho, persiste o desafio da violência. Entre os 50 mil indivíduos assassinados por ano no Brasil, as vítimas preferenciais são jovens, em sua maioria homens pardos, com quatro e sete anos de estudo."

Por isso, sr. Presidente e srs. deputados, mais uma vez estamos enfatizando a importância de rever todo o processo de educação e, principalmente, que esse processo de educação de fato qualifique o jovem para o trabalho e também para a socialização na sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria, e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0121/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0315/2013, de procedência governamental, que institui o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Santa Catarina (CELGBT-SC) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favoráveis das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, apenas como informação, quero saber qual é o número do projeto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - É o Projeto de Lei n. 0315/2013.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está inscrita, primeiramente, a deputada Angela Albino. Posteriormente v.exa. poderá se manifestar.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero mencionar que para esta votação de hoje estão presentes o Grupo Acontece LGBT, uma ONG de Florianópolis; a ABGLT, representado pela Guilhermina; a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis; o Instituto Arco-Íris; e o ABL-Articulação Brasileira de Lésbicas.

Este projeto, sr. presidente, foi construído no âmbito do governo do estado no bojo de uma discussão maior sobre direitos humanos que incluiu a formatação que o deputado Padre Pedro Baldissera acompanhou em torno do nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos, mais especificamente agora com a criação do Conselho Estadual da Pessoa LGBT, para nós um momento muito especial.

Este projeto teve uma caminhada ímpar na Casa. Foi construído no governo do estado por um grupo de trabalho e o projeto final que veio para cá era divergente do que esse grupo de trabalho propôs.

Nós ficamos muito preocupados com isso, mas o governo se dispôs a ouvir o movimento. E aí quero fazer a menção que de fato o governo se abriu para propormos alterações nesse conselho, e hoje estamos levando à votação uma proposta que o movimento acolhe, que o movimento ajudou a construir e que dá um salto de qualidade na proteção das pessoas LGBTs do nosso estado.

Quero destacar, também - e o deputado Silvio Dreveck foi o primeiro relator na comissão de Constituição e Justiça -, que havia a notícia do governo do estado que o projeto já estava redondo e, mesmo assim, dispôs-se a ouvir o movimento. Nós apresentamos as emendas e o relator acolheu todas, discutido com o governo. Portanto, é um projeto

que veio de uma forma muito especial no âmbito da construção democrática.

Particularmente, esse conselho, que hoje fazemos a primeira votação, dá uma grande contribuição, no momento em que ampliamos a nossa discussão sobre direitos humanos. E é nessa perspectiva que as pessoas LGBTs precisam ser tratadas.

O nosso país ainda faz piadas sobre negros, sobre a condição da mulher e sobre as pessoas não heteronormativas. E temos que entender que o preconceito acaba-se tornando uma ferramenta que mata pessoas. Hoje o preconceito no país mata pessoas. Portanto, quando o governo do estado se abre para podermos fazer esse debate, propicia que possamos inaugurar esse novo tempo, esse tempo de salva-guarda, de direitos humanos. E certamente o governo do estado dá um passo adiante.

Outros estados já têm também este conselho e, mais importante que isso, outros estados também estão conseguindo ter acesso a programas de governo federal para proteção e promoção de cidadania das pessoas LGBT. Para que possamos ter acesso a esses programas e a essas ações precisamos ter o conselho.

O papel do conselho é de articulador das políticas públicas do governo nesse setor. E tenho certeza de que, pela forma democrática como se construiu, a forma como o governo se dispôs a ouvir o segmento e acolher todas as emendas, nós temos uma grande chance de dar um salto de qualidade no estado de Santa Catarina na discussão dos direitos humanos, sob a perspectiva LGBT.

Tenho certeza de que o governador do estado, a governança como um todo do estado, faz um gesto quando se dispõe a encarar esse debate. Mas é preciso ressaltar aqui que muitas vezes nós nos vemos permeados em debates calcados em convicções pessoais de rebaixar esse tema, de como defender este ou aquele segmento. Trata-se de reconhecer uma realidade objetiva, de reconhecer que as pessoas LGBT têm direito integral e pleno à cidadania. As pessoas LGBTs têm dezenas de

direitos a menos que as pessoas heteronormativas do nosso país apenas porque são LGBTs.

Por exemplo, os relacionados à guarda de filhos, à herança, ao próprio direito de manifestar publicamente a sua união.

Desta forma, damos um passo de cidadania, um passo de dignidade, um passo de direitos humanos, portanto, civilizatório, na hora em que acolhemos na institucionalidade catarinense, na estrutura do governo do estado de Santa Catarina, o movimento social que trava todos os dias essa batalha, o movimento social que todos os dias tem que conviver com o preconceito apenas porque não são heteronormativos.

É óbvio que defender, primeiramente, a pessoa LGBT é, antes de tudo, defender a pluralidade; é defender o direito de não ser normativo; é defender o direito, como foi muitas vezes negado em diferentes períodos da história, a sermos apenas quem nós somos.

Portanto, hoje darei uma salva do PCdoB ao governo do estado, que trouxe esse tema ao debate. Tenho certeza de que em especial a base do governo e certamente toda a Oposição vão apoiar o projeto, principalmente a população LGBT que tanto tem vivido de preconceito, de exclusão, e que neste momento agora foram atores não coadjuvantes. Ao contrário, foram atores de grande protagonismo, e hoje vão dar um passo adiante, um passo geracional. As gerações futuras vão-nos apontar como aqueles velhinhos Guilhermino e Carla e dizer: "Olha, aquele pessoal estava lá na fundação do conselho". Seremos nós, e fico muito orgulhosa de ser co-partícipe deste momento. Eu sou a coordenadora-geral da fração LGBT nacional do meu partido e é um orgulho para mim carregar essa luta e carregar a luta por direitos humanos, que é eminentemente a luta de quem defende a causa LGBT.

Parabéns ao governo do estado e parabéns a quem participou deste momento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Continua em discussão.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Narcizo Parisotto, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, srs. Deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL.

(Passa a ler.)

"O Projeto de Lei n. 0315/2013 visa instituir o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Trago comigo, sr. presidente, srs. deputados e telespectadores, a responsabilidade da representação de quase 50 mil votos que me foram confiados no último pleito pelas famílias catarinenses. E essa representatividade no sistema democrático possibilita a oportunidade de manifestar os pontos de vista de maneira sóbria, serena, aberta e muito sincera.

Quero dizer aos nobres deputados que uma grande parcela de famílias catarinenses, uma significativa parcela da população do nosso estado, não está satisfeita com as drásticas transformações sociais e as suas consequências.

O povo catarinense é constituído, em sua maioria, por pessoas com princípios morais, filosóficos e cristãos, princípios esses que têm sustentado e estruturado a nossa sociedade até o momento. E esses princípios não podem ser tão facilmente desprezados e destruídos sem que vozes se levantem em sua defesa.

Bombardeados pela mídia e pela propaganda todos os dias, impõem suas práticas e condutas à aceitação de toda a sociedade.

Somos contra qualquer tipo de violência e discriminação. Por isso, entendemos que os gays, lésbicas, travestis e transexuais sejam tratados como cidadãos iguais, e não melhores ou mais privilegiados do que qualquer outro.

Somos, por princípio, contrários frontalmente às suas práticas."

Não quero, nesta tarde, cometer o erro da omissão, que sei que milhões de catarinenses talvez gostariam de estar nesta tribuna, neste

momento, com a oportunidade de se manifestar pela família.

Na condição de pastor, convicto daquilo que eu acredito e prego, quero dizer que grande parte das famílias deste estado gostaria, sim, repito, de estar aqui nesta tribuna manifestando-se desta maneira como eu estou-me manifestando educadamente, longe da discriminação. Cada um age da forma que deseja.

Muitos frequentam a minha comunidade e são tratados com o maior respeito, como qualquer outro cidadão.

(Continua lendo.)

"Não queremos o futuro que pretendem impor à nossa sociedade. Por isso, votarei contrário e conclamo a todos os deputados, meus pares desta Casa que pensam da mesma forma que eu, que se manifestem contrários a esse projeto enviado a esta Casa pelo governador do estado de Santa Catarina."

Então, com muito prazer e muito respeito a todos e a todas, quero deixar público nesta tarde o meu voto contrário a esse projeto do governo do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, gostaria de pedir desde agora que a votação seja feita no painel eletrônico, se possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Projeto de Lei n. 0315/2013.

É legítimo o pedido do deputado para que a votação seja feita no painel eletrônico. E assim determino que seja aberto o painel eletrônico.

Os srs. deputados que são a favor votam "sim" e os que são contra votam "não".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, como é um projeto de origem governamental, eu oriento a base do governo a votar favorável.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, costumeiramente, em temas que não têm grande polêmica, a Casa faz a votação sem especificar o quórum exatamente porque, às vezes, o parlamentar está na Casa, mas naquele momento específico saiu do plenário.

Eu consulto v.exa. quanto ao quórum, se é quórum simples da maioria presente ou se é necessário, no mínimo, a presença de 21 deputados. Fazemos este questionamento para que nós possamos, inclusive, saber qual o encaminhamento a ser feito, porque é um projeto que o próprio governo envio para esta Casa e que o governo, aliás, fez com grande comprometimento com a causa.

Portanto, não seria justo que apenas por uma questão regimental hoje tirássemos esse direito, que é um avanço para Santa Catarina na medida em que impede, inclusive, as mortes que temos registradas em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputada Angela Albino, a votação é por maioria simples, mas, infelizmente, houve um pedido para que fosse votado no painel eletrônico, e são necessários 21 votos, senão nós não temos quórum. A não ser que o deputado Narcizo Parisotto retire o pedido para que seja votado no painel.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu faço um apelo: ou que façamos isso ou que esta Casa faça a contagem do quórum antes de abrir o painel.

Então, sei que v.exa. está agindo de boa vontade, e é nesse sentido que estou dialogando com v.exa. Se for preciso, podemos transferir para um novo momento, mas que não perdêssemos um projeto dessa grandiosidade apenas por uma formalidade.

Compreendo a posição da questão religiosa do deputado, obviamente, com todo respeito disso, mas se o deputado não se sentir em condições de retirar o pedido de votação nominal, peço a v.exa. que possa fazer a contagem do quórum antes de abrir o painel de votação, sr. presidente. Embora esse procedimento tenha acontecido.

(A deputada Ana Paula Lima manifesta-se fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputada Angela Albino, a votação é por maioria simples, mas, infelizmente, há falta de quórum. Agora já não justifica mais fazer porque o próprio painel está demonstrando que não há 21 deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estava na minha cadeira e perguntei a v.exa. se havia quórum e a assessoria disse que era votação por maioria. Tinha que ter pelo menos 21 deputados aqui presentes nesta Casa.

Acho que esse projeto vai ficar prejudicado dessa forma, porque a orientação foi que havia a maioria aqui.

A Sra. Deputada Angela Albino (Intervindo) - Havia quórum!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Se não havia quórum para a votação, então não deveria ter sido colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Infelizmente, muitos deputados se retiraram do plenário, deputada, e eu não posso fazer mais nada. Mas gostaria de dizer a v.exa. que a falta de quórum não vai prejudicar o projeto. Ele apenas deixará de ser votado.

A Sra. Deputada Angela Albino (Intervindo) -
Então, retire de pauta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Pergunto se há alguns deputados que ainda não
registraram o seu voto.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem,
sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela
Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr.
presidente, então peço que em todas as votações da
Casa haja quórum no painel, porque não é justo que
somente neste projeto seja exigido o quórum
regimental.

Então, o PCdoB pede que em todas as votações
do dia de hoje, e até ser votado esse projeto,
seja feita a verificação do quórum, sr.
presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Nós temos na pauta apenas um projeto de lei
complementar oriundo do Tribunal de Justiça, mas,
infelizmente, não há os 21 votos e não há como
ser votado. Serão votados somente os requerimentos
e as indicações.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem,
sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Aldo
Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr.
Presidente, dado a inexistência de quórum,
solicito a v.exa, na condição de líder do governo
a retirada desse projeto por hora para que
possamos deliberar num outro momento, com quórum
qualificado. E obviamente até por ser um projeto
de origem governamental e de interesse do governo.
Portanto, solicito a v.exa. essa possibilidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - De
qualquer forma, deputado Aldo Schneider, não há
como deliberar, porque não temos 21 votos. Ele
será transferido para a pauta do dia de amanhã. E,
da mesma forma, também o Projeto de Lei

Complementar n. 0027/2013, de procedência do Tribunal de Justiça.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, gostaria de um esclarecimento e que repensassem um pouco o momento que estamos vivendo agora. Se já foi aberta a votação, se a matéria está no painel, pode ser suspensa a votação e transferida para outro dia? Gostaria de consultar v.exa. se há amparo no Regimento Interno e na nossa Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Narcizo Parisotto, claramente está no Regimento Interno e claramente não temos quórum e não há como deliberar. Não temos 21 votos no plenário, só votamos sem os 21 votos quando não há pedido de verificação de quórum. A votação no painel é uma verificação de quórum também.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, quando pedi a votação no painel, deveria ter sido verificado o quórum e não colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não houve nenhuma solicitação, deputado, de pedido de verificação de quórum. Se tivesse havido, teríamos feito.

Ele só deixará de ser votado, deputado Narcizo Parisotto, e será transferido para a pauta de amanhã. Não há como colher os votos quando claramente está evidente que não há 21 votos.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - V.Exa. tem certeza de que está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Absoluta!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero fazer um apelo aos nobres pares para que façam um esforço para que possamos cumprir com as nossas tarefas.

Nós, nas últimas sessões, infelizmente, não estamos conseguindo quórum para fazer as devidas votações de projetos importantes para Santa Catarina.

Agora nós vamos ter mais um projeto, que é o Projeto de Lei Complementar n. 0027/2013, do Tribunal de Justiça, que vai ser prejudicado mais uma vez porque nós não temos quórum. Quer dizer, num universo de 40 deputados, nós não conseguimos o quórum de 21, que é o quórum mínimo.

Então, eu faço um apelo aos srs. deputados que saiam dos seus gabinetes e participem do plenário para que nós possamos tocar os projetos, dar vazão aos projetos, dar resposta a Santa Catarina. São projetos importantes que estão na pauta e que muitas vezes acabam sendo protelados por falta de quórum, o que pode ser mal entendido pela sociedade catarinense.

(Palmas)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de fazer um apontamento. Dialogando com o deputado Narcizo Parisotto, eu considero muito sincera a posição dele e do deputado Kennedy Nunes, que são contrários, mas ficaram aqui em plenário para apor o seu voto contra. Mas estão aqui em plenário!

Eu fico supersurpresa, estupefata, com quem vem aqui para a sessão, diz para o movimento LGBT que ajuda, que está dentro, que concorda, e na hora da votação sai pelos cantos como aquele bicho que sai pelos cantos quando o barco afunda.

Gostaria de dizer que valorizo muito a posição tanto do deputado Kennedy Nunes quanto do deputado Narcizo Parisotto, que vêm aqui e expõem as suas divergências, mas mesmo assim vieram e deram quórum para fazer a votação. É uma pena os que se

eximiram do debate e que sequer ficaram para votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0784/2013 e 0785/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0786/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0787/2013 e 0788/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0789/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0790/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.230/2013, 1.231/2013, 1.232/2013, 1.233/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.236/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Srs. deputados, há requerimentos que deveriam ser submetidos à deliberação do Plenário, mas, como não há quórum, nós não vamos deliberar e todos eles serão transferidos para a pauta do dia de amanhã.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Há sobre a mesa dois requerimentos pedindo a suspensão da sessão. O primeiro é assinado por todos os líderes e solicita a suspensão da sessão para ouvirmos a sra. Maria Angélica Kaufer, presidente da Associação Comunitária do Distrito de Taquaras, Rancho Queimado, que vai fazer o seu pronunciamento sobre o 22ª Festa do Morango.

Está suspensa a sessão por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a companhia.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, separei alguns temas para tratar, e hoje tratarei inclusive sobre o conselho.

Eu ainda estou muito surpresa com o desenrolar do tema aqui. Reafirmo que considero muito legítima e muito leal, inclusive, a posição dos deputados Narcizo Parisotto e Kennedy Nunes, que,

mesmo tendo nos seus limites de convicção religiosa uma compreensão sobre o tema, ficaram aqui para o debate.

Então, estranha-me muito a posição de parlamentares ao se ausentarem para não dar quórum e também não se posicionarem. É muito triste ver na Assembleia Legislativa parlamentar que foge do debate e de sua mais básica prerrogativa, que é ter uma opinião sobre o assunto.

Dito isto, sr. presidente, queria mencionar outros dois temas. O primeiro deles diz respeito ao dia de ontem, 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. É um dia muito especial para nós, mulheres, no mundo todo. Um dia relembramos esses índices escabrosos que ainda temos no país.

Aproveito, deputado Padre Pedro Baldissera, para fazer um chamamento dessa frente parlamentar a ser realizada no dia 2 de dezembro, cujo tema trata de homens pelo enfrentamento da violência contra a mulher, de homens lutando contra a violência que ainda assola as mulheres. E isso é para que possamos unir forças dessa frente parlamentar que integra os homens que combatem a violência contra as mulheres e a bancada feminina para juntos fazermos um diálogo com o governo do estado acerca dos índices que ainda cometem às mulheres catarinenses no campo da violência.

Recentemente, o anuário de segurança pública publicado nacionalmente apontou o estado de Santa Catarina como o terceiro estado onde as mulheres são mais vítimas de estupro e esperamos que a partir disso possamos construir políticas públicas capaz de enfrentar e eliminar essa violência.

Embora se diga em prosa e verso que Santa Catarina é um estado de qualidade de vida, vivemos num estado em que as mulheres estão mais fora do poder público. É um estado em que as mulheres têm a menor participação política e também é um estado em que as mulheres têm a maior defasagem salarial em relação aos homens. Uma mulher negra, em Santa Catarina, chega a receber 60% a menos do que o homem branco. Uma mulher negra acumula a violência

da discriminação racial com a violência da discriminação por gênero.

Portanto, para nós, tem muito significado o enfrentamento dessas violências. Tenho feito questão sempre de dizer isso, ou seja, que enfrentar a violência contra as mulheres não é um problema das mulheres, é um problema da sociedade, pois as crianças que vivem num ambiente doméstico tendem a tornar a violência um paradigma aceitável. Não que isso seja um determinante, porque vemos jovens extraordinários criados em lares desajustados, vemos lares extraordinários que acabam criando jovens desajustados, mas, ao mesmo tempo, também percebemos uma relação da criança que vive num ambiente doméstico violento, tendo um comportamento violento quando adulto. Portanto, combater a violência contra as mulheres é uma forma de combater a violência como um todo.

Falando em violência, queria mencionar outra violência muito simbólica, que é a violência que estamos vivendo neste instante, às 16h41, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, pois a capital dos catarinenses marcou para as 16h a votação do seu Plano Diretor, e meia hora antes de iniciar a votação os vereadores ainda não tinham o projeto que ia à votação. E tinham a notícia de mais de 600 emendas sobre esse Plano Diretor.

E é um Plano Diretor que ninguém conhece direito, porque foram alterados mapas no curso dessa última semana, com mais de 600 emendas, e que, pasmem, serão votadas em bloco. Algumas dessas emendas, por exemplo, transformam a Ponta do Coral, e hoje permite pavimentação para 16 andares, para 18 andares. Enfim, a cidade passa a ser um Frankenstein inadmissível.

Sou nascida em Florianópolis e meus filhos e meu neto também nasceram aqui. É claro que qualquer um que mora há mais de dez anos em Florianópolis tem visto a sua brutal transformação. Uma cidade pacata virou uma vedete no país sem estrutura para dar conta do charme que exerce hoje. É uma cidade que padece da sua própria beleza, com uma concentração populacional significativa, um pólo regional da maior

envergadura. Com grandes problemas de mobilidade, de segurança e ligados à questão do lixo. Temos pouco menos de 500 mil habitantes e já vivemos problemas de cidade grande. E o Plano Diretor é uma grande esperança de poder avançar nessa questão.

Os florianopolitanos sabem o que significou, em décadas anteriores, a opção de apenas termos indústrias limpas no território de Florianópolis. Isso mudou o nosso futuro, e o Plano Diretor teve esse papel. Na hora em que os vereadores se dispõem a votar em bloco mais de 600 emendas sem conhecer o conteúdo delas em conjunto com as demais, não temos chance de que saia um bom resultado, de que esse Plano Diretor tenha o papel disciplinador de ocupação do espaço urbano.

Hoje deveria ser um momento de comemoração para nós. As pautas dos últimos anos no município têm incluído a necessidade do Plano Diretor como a grande linha mestra de ocupação do espaço da cidade. Quem está a mais tempo nesta cidade sabe que antes era muito mais voltada para o seu povo do que para os interesses pequenos, econômicos, especificamente. Queremos desenvolver a cidade, mas para isso é preciso que haja um ordenamento capaz de que esse crescimento simbolize uma vida melhor para a população, e não que atuemos como alguns animais, que depois de usufruírem largamente de um determinado espaço vão para outro e abandonam aquele.

Essa é a nossa terra e não a abandonaremos. Ficaremos aqui e não podemos permitir que a Câmara de Vereadores trate o Plano Diretor com se fosse dar um nome de rua ou fazer a concessão de uma medalha. Junto com a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor é a lei mais importante de um município, que diz o que pode e o que não pode.

Estamos vendo, hoje, a Câmara de Vereadores de Florianópolis votando o Plano Diretor dessa forma irresponsável, porque é irresponsável votar-se o Plano Diretor sem ter conhecimento do impacto que essas emendas têm sequer no projeto original. Nem sabemos sequer se essas emendas votadas em bloco serão compatíveis ou não com o Plano Diretor.

Portanto, lamento que a decisão da Justiça federal tenha sido revogada pelo próprio Poder Judiciário, porque de fato havia uma discussão no núcleo gestor que foi interrompida e que precisa ser retomada para que possamos ter um processo democrático de construção da cidade que queremos.

Precisamos apontar para o futuro. Precisamos que a cidade prepare-se não para cinco ou dez anos, mas para 20 anos, 50 anos. E para isso o Plano Diretor é vital, e a responsabilidade que recai sobre a Câmara de Vereadores na hora em que se vota o Plano Diretor é ainda mais fundamental. Quando sair desta sessão, vou me dirigir para a Câmara de Vereadores. E torço para que façam uma reflexão muito profunda sobre o que está sendo feito, que não permitam que Florianópolis e as gerações que nos sucederem não paguem pela forma como está sendo feita agora a votação do Plano Diretor.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero parabenizar os alunos que vão participar do Parlamento Jovem Catarinense, pois no futuro poderão representar o povo catarinense aqui no Parlamento.

Por isso, desejo boas-vindas a todos vocês, estudantes! Vocês são a esperança deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Vamos suspender a sessão para fazer o sorteio da 16ª Edição do Programa Parlamento Jovem.

Desejo, da mesma forma, as boas-vindas aos estudantes!

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero dar os parabéns aos alunos que fazem parte do Parlamento Jovem pela coragem de estar aqui discutindo com as suas escolas e a Escola do Legislativo. Com certeza, virão muitas ideias e propostas que beneficiarão o nosso estado.

Mas, além dos grandes números de projetos que estaremos debatendo no dia de amanhã, realizamos um estudo profundo sobre os vários projetos e estamos discutindo o Projeto n. 43; a PEC que eleva o teto do funcionalismo público estadual, não mais a do Executivo, mas a do Judiciário de Santa Catarina, dos desembargadores, e isso tudo tem um grande impacto no nosso estado.

E há pouco conversamos com muitos trabalhadores e trabalhadoras, que estão com uma grande preocupação que possa de fato se confirmar um congelamento de salário de várias categorias que vão receber incorporação de gratificações, mas não vão receber o reajuste da inflação e vão perder, inclusive, a data-base.

Por isso esses projetos têm que ser muito bem debatidos para não criar aqui no estado uma situação de impacto negativo para um grande número de trabalhadores e trabalhadoras do estado. E o que mais nos chama a atenção é essa diferença de disparidade dos que recebem menos para os que recebem mais.

Então, nós queremos debater profundamente nesses próximos dias.

Mas também quero falar de um evento que é histórico para Santa Catarina e que ocorrerá amanhã no estado, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

Queremos aqui reconhecer o grande empenho da nossa presidente e o papel que vem exercendo para o nosso querido estado de Santa Catarina. São grandes investimentos, grandes obras, especialmente na infraestrutura e em políticas sociais.

No dia de amanhã terá continuidade uma grande estratégia, e acertadíssima em nossa avaliação, que são os convênios com os municípios, repassando equipamentos como três máquinas para cada município de menos de 50 mil habitantes para ajudar a nossa agricultura. E essa é uma reivindicação de muitos anos das organizações dos agricultores, dos prefeitos municipais das pequenas e médias cidades, que precisam de suporte e de apoio para manter as estradas do interior e para melhorar a dignidade dos agricultores do nosso estado que produzem alimentos e geram renda e desenvolvimento.

A agricultura cresceu muito nesses últimos anos nos pequenos municípios onde triplicou o movimento agropecuário.

Então, é um público que merece investimentos. E isso graças à nossa presidente da República e ao ministério do Desenvolvimento Agrário, que compreenderam e estão fazendo essa grande política para os municípios do nosso estado.

Amanhã mais um grande número de municípios vão receber as motoniveladoras, que muitos já receberam as retroescavadeiras, e será iniciada a entrega de caminhões basculantes para ajudar a levar cascalhos e britas para as estradas do interior, melhorando as estradas e os deslocamentos. E tanto na produção quanto também no deslocamento dos próprios agricultores com seus carros e suas motos, e também no transporte escolar para as crianças terem um transporte mais digno.

Então, tendo em vista os inúmeros investimentos nas políticas de infraestrutura, estão chegando recursos próximos a R\$ 10 bilhões.

A presidente Dilma Rousseff vai fazer amanhã a assinatura de um contrato de R\$ 2 bilhões, além dos recursos que já vieram para a construção do Pacto por Santa Catarina, inclusive o Fundão. E são recursos que vão para os municípios e serão repassados via política de convênio, de empréstimos do governo federal, do BNDES.

Então, esse grande gesto da presidente Dilma Rousseff com Santa Catarina, com a sua presença no

dia de amanhã em nosso estado, é mais um gesto do compromisso da presidente com o nosso querido estado.

A nossa bancada tem feito um grande esforço, e eu, inúmeras vezes, vim a esta tribuna, sras. deputadas e srs. deputados, falar disto: que os membros da nossa bancada, quando assumiram essa legislatura, falaram do grande compromisso que têm para ajudar Santa Catarina, independente de quem esteja no governo, seja o governador Raimundo Colombo, nosso opositor. E, mesmo fazendo Oposição a este governo, não queremos ver Santa Catarina quanto pior, melhor para nós, do Partido dos Trabalhadores. Nós queremos ver o nosso estado crescer e se desenvolver. Nós queremos ajudar Santa Catarina!

Por isso, articulamos os nossos deputados estaduais, os nossos deputados federais e as nossas lideranças que estão em Brasília nos vários ministérios, como a nossa colega Eva Maria Chiavon, no ministério do Planejamento, e também a ministra Ideli Salvatti, que sempre tem ajudado o nosso estado. E nós continuamos reafirmando esse compromisso e vamos acompanhar toda a agenda da presidente Dilma Rousseff amanhã. E continuamos reafirmando os grandes projetos para o nosso estado.

Mas também continuamos a fazer a cobrança do dinheiro repassado para Santa Catarina. Queremos ver os investimentos com recursos próprios, com os impostos que são pagos para termos mais investimentos. Os investimentos no nosso estado estão muito tímidos, com recursos próprios. Por isso, vamos cobrar do Tesouro catarinense os recursos e esses investimentos para melhorar a vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que ainda estão na

Casa, e, especialmente, deputado Dirceu Dresch, quero dizer que de fato há uma expectativa enorme com a visita da presidente Dilma Rousseff, nesta quarta-feira, ao estado de Santa Catarina. Será bem-vinda e será recebida de braços abertos, pelas boas notícias que traz ao Porto de São Francisco do Sul, pelas obras de contenção de cheias no vale do Itajaí e pelos recursos do Fundão, que merecem os nossos aplausos.

Mas há também, deputado Dirceu Dresch e sr. presidente, algumas indagações a fazer. É uma pontual, e que a mídia reforçou durante o dia de hoje, eu trago a esta tribuna como preocupação, embora sem abrir mão da nossa gratidão, porque quem não tem gratidão, não tem caráter. Mas temos razões sobejas para indagações, e uma das indagações significativas com relação à presença da presidente Dilma Rousseff no estado de Santa Catarina é o já constrangedor questionamento com relação à duplicação da BR-470. Não é mais possível protelar essa decisão que agora, segundo informações que recebemos, está nas mãos do Ibama, mas, em última instância, o Ibama está nas mãos da sra. presidente.

Por isso, como representante do vale do Itajaí também nesta Casa, certamente estaremos reforçando esse clamor da população catarinense com relação à duplicação da BR-470, porque não é mais possível suportar tanta promessa, tantas delongas e tantas expectativas frustradas.

Tivemos a promessa de que no início do mês de julho, no máximo, as máquinas estariam roncando na BR-470, mas, infelizmente, nada disso ocorreu.

Portanto, acredito que amanhã será uma bela oportunidade para que o povo catarinense faça essa indagação à presidente Dilma Rousseff para saber quando de fato vão começar as obras da duplicação da BR-470, que liga o oeste catarinense ao nosso litoral. Sempre tenho dito aqui que é uma rodovia que foi planejada para 10 mil veículos, há 40 ou 50 anos, por onde hoje passam mais de 25 mil ou 30 mil veículos por dia. São quatro mil *containers* transportando 40% da riqueza de Santa Catarina, do

oeste catarinense para os nossos portos no litoral.

Gostaria também, sr. presidente e srs. deputados, de dizer que no último pronunciamento que fiz levantei a questão da proposta, e que ainda transita em alguns círculos acadêmicos deste país, sobre a legalização da maconha. A revista *Veja* trouxe uma matéria especial sobre a legalização em alguns estados dos Estados Unidos e também no nosso país vizinho, o Uruguai.

Eu me interessei logo em saber quais seriam as manifestações que viriam após essa reportagem. E quero destacar aqui, sr. presidente, pelos menos duas delas. Uma vinda do presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP -, e outra vinda de Santa Catarina, coincidentemente de Blumenau. E faço o registro dessas duas missivas registradas na revista *Veja* em relação a essa matéria.

A primeira é do dr. Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] Num estado que é incapaz de supervisionar a venda de cigarros ou álcool a menores, como ter a garantia de que a maconha legalizada seria vendida de forma apropriada? A maconha pode ser o gatilho para transformar em padecentes de doenças mentais como esquizofrenia, depressão e bipolaridade, pessoas que passariam incólumes por riscos transmitidos geneticamente. Legalizar a droga seria o primeiro passo para este sorteio perverso. Precisamos apenas saber exatamente quais são os interesses de quem defende a legalização com fulcro apenas no lucro financeiro da venda de drogas." [sic]

Registro, ainda, a carta enviada pela sra. Lúcia Machado Haertel, de Blumenau, constante da revista *Veja* desta semana, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Sou neurologista infantil e da adolescência e contra a legalização da maconha.[...] A permissão apenas para uso medicinal, porém, é ridícula. Embora a maconha possua, de fato, certa ação analgésica, sedativa e antiemética, medicamentos

eficazes para esses males já existem. Se a maconha fosse realmente insubstituível os laboratórios farmacêuticos já teriam isolado apenas o componente medicinal em comprimidos. A verdade é que ela é um péssimo remédio e seu uso medicinal é de um cinismo explícito. Os efeitos medicinais não compensam seus riscos como droga. Ninguém discute que a maconha faz mal e vicia. Portanto, os Estados deveriam ser claros: proibir totalmente ou legalizar de vez. Assim, pelo menos assumiriam as consequências: risco de doenças mentais, morte neuronal, perda de memória, acidentes de trânsito e, o mais grave, a promoção do vício e da entrada dos adolescentes no mundo de outras drogas.”[sic]

Parabéns a dra. Lúcia Machado Haertel pela forma literária como a nossa blumenauense responde à revista *Veja*, na coluna *Leitor*.

As outras missivas não terei tempo para trazer a lume nesta tarde, mas não há dúvida de que legalizar a maconha em nome da medicina é de fato ridículo. Esta é a melhor expressão que eu consigo traduzir. Basta ver aqueles que adentraram pelo caminho das drogas, deputado Pedro Baldissera, que preside esta sessão.

Temos dito e repetido a nossa experiência ao longo desses últimos 20 anos com comunidades terapêuticas. E se formos subir o morro do CTV, por exemplo, Centro Terapêutico Vida, de Blumenau, e perguntarmos aos 30 internos que lá estão como é que começaram no mundo das drogas, a resposta será muito óbvia: ou foi pelo álcool ou pela maconha. E aí vão para as drogas pesadas.

Por isso, continuamos dizendo “não” às drogas e “sim” à vida.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje,

às 19h, em Chapecó, em homenagem à Associação
Chapecoense de Futebol.

Está encerrada a presente sessão.